



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2024

**Ata n.º 30**

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de doze de abril, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM**: Apreciação e deliberação da ata de 20/02/2024; -----

**PONTO DOIS**: Tomada de conhecimento do concedido às Juntas de Freguesia do Concelho; -----

**PONTO TRÊS**: Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2023 - Estatuto do Direito de Oposição; -----

**PONTO QUATRO**: Tomada de conhecimento do Sistema de Controlo Interno; -----

**PONTO CINCO**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do "Fornecimento contínuo de material elétrico, material de iluminação pública e decorativa, pelo valor base de 800.000€ + IVA; -----

**PONTO SEIS**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do Concurso Público para "Fornecimento de serviços de manutenção e inspeção em espaços de jogo e recreio, parques fitness e parques de skate do concelho de Albufeira, pelo valor de 504.150€ + IVA; -----

**PONTO SETE**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos da Consulta Prévia para "Fornecimento de contadores de água incluindo sistema de telecontagem via rádio", até ao limite de 745.000€ + IVA; -----

**PONTO OITO**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 9 do Regulamento para Atribuição de Subsídio de



Arrendamento (RASA), referente à proposta de atualização anual dos limites máximos do valor mensal da renda, por tipologia, constantes no anexo IV do RASA; -----

**PONTO NOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para aquisição de multifunções para os agrupamentos escolares do concelho de Albufeira até ao limite de 747.000,00€ + IVA; -----

**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público da Empreitada de Beneficiação de Ruas, Estradas e Caminhos no concelho de Albufeira - 2024-2025;

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público da Empreitada de limpeza e desobstrução das linhas de água do concelho de Albufeira. -----

**PRESENCAS:** Rui Miguel de Sousa Bernardo, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Inês Filipa Mendes Vieira, Teresa Cristina da Palma Neto, Domingos Manuel Martins Coelho, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, Carla Cecília de Oliveira Agapito Valério, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento, de Paderne - João Ruaça e a Secretária da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado. -----

**Faltas:** Adriano Ferrão, Mónica Coimbra, Helena Simões, Antonieta Dias, André Lima e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Serôdio, Inês Vieira, Teresa neto, Carla Valério e Cristina Corado. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----



Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

Paolo Funassi: “Boa noite a todos, parablenizo a Associação de TVDE aqui presente, estão a lutar para que a Câmara Municipal possa voltar atrás com a medida aprovada, e que levantei, eu e o partido Alternativa Democrática Nacional, há três semanas aqui na Assembleia Municipal, nas redes sociais e nos jornais, espero que o Presidente Rolo, Presidente da Câmara possa voltar atrás com a medida, que eu pessoalmente também acho que é errada. Vim aqui, porquê também queria dizer que, vi um documento onde tem feitas as estratégias para o Turismo, Albufeira faz parte da sua vida para ser o melhor destino de praia e mar. Este documento é um documento muito interessante, é feito com uma estratégia ambiciosa, mas também queria dizer ao Presidente que, é o facto deste documento querer mudar um bocado o turismo de Albufeira, que nos últimos dez anos não tem agradado a toda a gente, a maioria dos albufeirenses não fica agradado, só vinte por cento está agradado com o turismo que recebe atualmente Albufeira, e pronto, eu também queria só dizer que, para sermos um grande turismo, de qualidade, também temos que dar serviços de qualidade. Por exemplo, a questão da deservagem, que a junta de freguesia se queixou há pouco, digamos assim, a parte económica, pouco apoio económico que tem de parte da Câmara. Tive na última junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água, que também se falava disso e, por exemplo, fui à praia de São Rafael, é uma joia aqui de Albufeira, e na rotunda da entrada á praia, onde se estaciona, temos uma rotunda com ervas altas, metro e meio, quer dizer que pelo menos há seis meses que não se corta, portanto, digo tomara que seja acertado o plano, que resulte mas também temos que tentar ser uma cidade um bocado mais limpa e ordenada. Queria pedir isso e também queria colocar uma questão, a estratégia, combater a sazonalidade aqui em Albufeira é só a nível turístico ou tem também a Câmara Municipal uma outra estratégia, por exemplo, para diversificar a economia, porque o turismo é muito importante, é o motor da Albufeira é o que fez famosa Albufeira no mundo todo, mas também já só, sol e praia é um modelo um bocado obsoleto que muitas parte do mundo tá, digamos assim, a recuar e se tenta diversificar a economia e oferecer muito mais coisas para também o turista vir.” -----



Paulo Lopes: “Boa noite a todos, como já pedido anteriormente nesta sala, diversas vezes sobre o assunto do barulho vindo do ginásio no centro comercial do Centro Comercial Albufeira Shopping, mantendo-se a situação e de forma ainda mais incómoda por terem colocado ainda mais condutas de ventilação a funcionar neste estabelecimento. Até hoje não temos resposta nenhuma da Câmara Municipal, e gostaria de saber quando é que a Câmara tomará uma decisão por aquilo que nós estamos a sofrer, se calhar, estão à espera que aconteça uma desgraça, depois é que a Câmara vai tomar as devidas providências. Já vim cá, hoje é a terceira ou quarta vez, até hoje não tenho resposta nenhuma da Câmara, ao menos pela Câmara ter um mínimo de consideração, dirigindo uma carta para nós a informar o que é que a Câmara está a fazer e, portanto, é por isso que eu estou cá outra vez, continuar a bater no mesmo teclado e eu vou apelar nesta sala a todos os deputados aqui presentes que tomem, por favor, engajamento nesta situação, porque o que nós estamos a sofrer é demais. Já disponibilizei a minha casa para fazer a medição e foi feita a medição. Sabemos que a medição que foi feita e, o que saiu de lá não tá dentro da lei e a Câmara até hoje não diz nada absolutamente. Eu não sei o que é que a Câmara está à espera, é por isso que eu estou cá mais uma vez para apelar, gostaria que os senhores deputados, por favor, engajam essa situação e tomem essa situação e façam de conta que são a vossa situação, vocês é que estão a sofrer isso na pele e gostaria que o Senhor Presidente me diga, por favor, o que é que foi feito? Eu já tive cá várias vezes, e pedi audiência com o Senhor Presidente, é difícil de apanhar o Senhor Presidente. Sempre não há vaga.” -----

Nuno Serra: “Muito boa noite, eu fiz-me munir aqui de uma pequena cábula, precisamente que já contava que o tempo fosse diminuto e como da última vez foi apanhado desprevenido, desta vez, já não. Têm de ter a paciência de nos ouvir uma segunda vez, e quando eu venho aqui falar hoje, não é o Nuno Serra, são os proprietários da Rua do Golfe e, pelos vistos também não só os proprietários de Rua do golfe, mas também os proprietários da Rua da Ilha de São Tomé. Vimos aqui realmente reiterar as nossas questões e reclamações relativamente ao ocorrido, quanto à atribuição dos novos números de polícia na Rua do Golfe e na Rua Ilha de São Tomé. Há aqui alguns pontos que chamaríamos novamente a atenção, não querendo maçar esta Assembleia, mas permite-me dizer novamente, o nosso alvará de loteamento é do ano de mil novecentos e noventa e dois, primeiro. Em segundo lugar, o regulamento de



toponímia ou se preferirem, regulamento de toponímia dos números de polícia é de mil novecentos e noventa e três. Em terceiro lugar, existem moradias edificadas na parte C do loteamento onde se insere a Rua do Golfe há mais de vinte anos. A Rua do Golfe tem pelo menos dezassete anos, ou seja, há placas e há correspondência trocada, inclusive deste município com proprietários da Rua do Golfe há pelo menos dezassete anos. Em quarto lugar, todas as construções da Rua do Golfe assumiram desde o início os números dos lotes que, diga-se, são absolutamente coincidentes com o que consta dos respetivos alvarás de edificação. E já lá vamos quanto à importância disto. Quinto, que se saiba, essa numeração ora existente nunca trouxe qualquer inconveniente ou problema aos proprietários que aqui estão hoje e também àqueles que hoje aqui não puderam estar, mas estarão aqui hoje na ordem das algumas dezenas. Sexto, os proprietários e moradores foram utilizando ao longo dos anos tais números para os mais variados fins, contratos de fornecimento de água, contratos de fornecimento de eletricidade, morada fiscal, documentos únicos, automóvel, cartão de cidadão, etc. Já esmiuçamos isso há quinze dias atrás, a postura municipal sobre toponímia e números de polícia no seu artigo décimo, alíneas A e F claramente permite a manutenção de tal numeração como hoje nós a conhecemos. Também o artigo número onze número dois vem precisamente no mesmo sentido, quando diz clara e inequivocamente e para aqueles que, pelos vistos e há vários, que não leram esse regulamento, nos arruamentos com terrenos suscetíveis de construção ou reconstrução são reservados números correspondentes aos respetivos lotes. Não sei o que é que possa ser mais claro do que isto. O artigo décimo segundo da postura vem claramente permitir aos serviços da Câmara a manutenção da atual numeração quando diz, quando não for possível aplicar os princípios estabelecidos no artigo anterior, a numeração será atribuída segundo o critério dos serviços competentes, mas sempre de modo a estabelecer-se uma sequência lógica de numeração a partir do início do arruamento principal. É o caso. No artigo décimo terceiro, vem dizer claramente que é condição indispensável para a concessão de licença de utilização, a numeração atribuída no auto de vistoria final, ou seja, é condição, e foi condição para a atribuição das nossas licenças de utilização, e é o que aí consta, os números que constam como números de lote e não números de polícia. Todos nós, nos nossos alvarás temos isso. Por fim, no caso da Câmara Municipal, não conseguir resolver a situação com base naquilo que eu passei a elencar antes, temos ainda outras duas situações que nos vão permitir manter esta pretensão que nós



queremos, que é na alínea A, existem casos precedentes, como é o caso de urbanização Águias Negras, aqui em Albufeira que era antigamente Urbanização Águias Negras, o lote vinte e seis, atualmente é Rua da Águia Negra, lote vinte e seis. Portanto, a Câmara já teve estes precedentes e nós não podemos ser desmerecidos em relação a isso e, por último, diretamente ao Senhor Presidente da Câmara, dizer-lhe que a própria postura que Vossa Excelência certamente conhece, diz claramente no artigo décimo sétimo e último, que as dúvidas suscitadas na aplicação da postura serão resolvidas por despacho e mais não preciso dizer. Aguardamos celeremente resposta já agora, uma vez que, por portas e travessas, à boa maneira portuguesa, fomos informados que a Câmara se apresta para, de modo negativo, indeferir a nossa pretensão e nós não estamos disponíveis para esse indeferimento, em nome de todos os presentes de Rua do Golfe e da Rua da Ilha de São Tomé, digo isso, não estamos disponíveis para isso. Muito obrigado.” -----

Jimmy Simões: “Boa noite a todos, venho apenas reiterar o que o nosso vizinho, neste caso, o Doutor Nuno Serra acabou de dizer e não querendo estar aqui a elencar novamente tudo o que foi dito aqui, a base legal, queria apenas deixar aqui uma questão e acho que isso tem a ver com o poder político e menos com a questão dos técnicos, é que fomos meramente informados por carta que nos enviaram a todos, que até aí concordo com o procedimento a partir daí, pedíamos para ter aqui alguns contactos, foi-nos dito que haveria alguma reunião com os proprietários que até à data não foi feito e, portanto, aqui com a devida nota que os serviços, enfim, têm as suas competências, mas deixo aqui por último, que é o poder político é que tem decisões para tomar e já existe precedência, existe, ao abrigo da legislação em vigor, há possibilidade de resolver o problema e, portanto, não faz sentido nenhum andarmos nós agora a receber correspondências dos vizinhos de outra rua ou da rua de trás, simplesmente porque os técnicos assim entenderam que não pode haver ou melhor, que o nosso pedido nem sequer pode ser recebido e acudido. Portanto, aquilo que eu peço por último, em meu nome e de dezenas de proprietários que estão aqui também, não só aqui novamente elencar e deixar claro toda a base legal foi aqui apresentada, mas que estamos a falar de dezenas de moradores de Albufeira que gostariam de ser ouvidos por quem de direito, portanto, no mínimo, seria de bom-tom, conforme foi assumido, de nos chamarem e estamos organizados, podem falar comigo ou com qualquer um dos vizinhos que nós estamos relativamente bem organizados com isso, pelo menos que nos



digam algo em sede própria. Esperamos sinceramente que não seja necessário estarmos cá daqui a mais um mês, para uma Assembleia Municipal em que simplesmente nada foi feito e o assunto continua na mesma.” -----

Vítor Soares: “Muito boa noite a todos, é um gosto estar nesta sala nobre, eu em nome do Presidente da Associação Nacional Movimento TVDE, venho deixar o meu desagrado e de todos os seus associados e do setor TVDE. Senhor Presidente, sendo Albufeira, uma capital do turismo onde o TVDE tanto turista transportou e deu a conhecer esta cidade, e que colocou em causa muitas empresas que faliram nestes últimos tempos. Certamente o Senhor Presidente não ponderou a sustentabilidade das empresas que estão nesta cidade. Eu vim de Lisboa para alertar algumas situações que nós consideramos que a intenção do Senhor Presidente na restrição do TVDE na baixa da cidade pune e prejudica a sustentabilidade do setor, porque há muitas famílias que coloca em causa a sua rentabilidade das empresas e que necessitam, que fizeram investimentos da sua rentabilidade, há certamente pessoas com dificuldades na mobilidade, há certamente crianças e pessoas idosas para transportar sacos, com TVDE e que não têm possibilidades de pagar os custos dos outros transportes que são cobrados e que muitas das vezes não têm um serviço público que é merecido. Certamente o Senhor Presidente, a sua suposta intenção a impor uma restrição de circulação territorial apenas a veículos afetos à atividade de TVDE, excluindo outros veículos, por exemplo, o táxi, os tik-tuks, os transferes viola a liberdade da iniciativa económica privada. Alertamos, nomeadamente e que conceda a submissão da liberdade do espaço da atuação, também não podia deixar de referir que a medida que, além de violar a Constituição portuguesa, é também contrária e discriminatória aos direitos da União Europeia, porque cria aqui diferenças do setor e de empresas certamente desta cidade que estão a laborar. Também não podia deixar de referir, nós não somos meramente empresas para o Estado ter utilizado durante estes cinco ou seis anos e, neste momento, criar-lhe restrições e proibir que estas pessoas tenham o direito de progredir nas suas vidas e terem a sua rentabilidade. Sendo numa atividade de operador de TVDE sujeita a licenciamento, pagamos todos os nossos impostos que só por ser exercida por empresas que cumpram as condições de acesso e exercício pelo previsto, não podendo nem devendo as Câmaras Municipais, ou outra entidade pública restringir o exercício da atividade de TVDE. Ao interditar o acesso a um território, porque é uma atividade economicamente discriminatória que viola a Constituição da



República Portuguesa, ao negar direitos de liberdades e garantias plasmados na Constituição da República Portuguesa. Apelamos esta sensibilidade, senhor Presidente, para realmente não avançar com esta proposta que apresentou e apelo ao bom senso do Senhor Presidente e todos os deputados que não avancem com esta proposta, e estas restrições ou qualquer uma delas, que vai colocar em causa as famílias, as atividades e todos aqueles que prestamos este setor. Sei perfeitamente por última instância, que o setor necessita de regulamentação, tenho a consciência, como presidente da Associação Nacional Movimento TVDE que existe muito a fazer no setor, mas não vamos neste momento, criar restrições quando demos a liberdade toda durante estes cinco ou seis anos, há famílias, há empresas, há empresas endividadas, por isso, cabe ao Governo legislar e criar regulamentação, a IMT e realmente à Assembleia da República. E assim nós esperamos, muito obrigado." -----

Samuel Inverno: "Boa noite, queria reforçar aqui algumas coisas que foram ditas pelo meu camarada da Associação, eu ainda hoje transporte uma senhora inglesa para a baixa, em que eu lhe estava a explicar o que ia acontecer a partir de maio, e ela diz-me assim: "Como é que o meu marido vai fazer para chegar lá abaixo, que tem problemas nos joelhos." Como é que o senhor se vai movimentar para ir lá para baixo com a sua decisão? É uma prepotência tomada por si, de tomar essa decisão. Tenha o bom senso de revertê-la, a gente não transporta só turistas lá para baixo, a gente também transporta trabalhadores, tenho noção disso." -----

Filipe Lopes: "Boa noite, o motivo da minha vinda até essa sessão exatamente pelo facto da proibição dos motoristas TVDE descerem até à baixa. Eu sou um empresário do setor, também motorista do setor, quando vim morar em Portugal vim direto para a cidade de Albufeira, há mais ou menos sete anos atrás. Durante esse período, nunca consegui encontrar nesta cidade um transporte que fosse e digno ao cidadão. Posso aqui dizer e abrir a pauta, abrir um bocado a minha vida pessoal e dizer que gastei boa parte do dinheiro que transformei no real brasileiro em euro, gastei nos transportes que, infelizmente, têm os preços super abusivo. Porquê? Era a minha única opção de me transportar ao trabalho, era a minha única opção de me transportar ao supermercado da cidade e outras coisas mais que tinham o compromisso de se fazer. O TVDE quando chegou a Portugal, chegou para trazer uma nova perspetiva e um trabalho de excelência e com preço mais barato para aquele cidadão das cidades, e para mim foi uma das melhores coisas que aconteceu. Digo isso não pelo facto de ser hoje



empresário do setor, mas por ter a responsabilidade de falar isso como cidadão e um eleitor da cidade de Albufeira. Senhor Presidente, tomar essa decisão de proibir o TVDE ir até à baixa de Albufeira implica em diversas outras atividades do nosso setor, eu por exemplo, sempre recomendo aos turistas estrangeiros a baixa de Albufeira, por se tratar de um local excelente para a visita, principalmente que se trata de uma família com crianças. Uma vez que temos outras atividades turísticas aqui na cidade, que não é recomendada para um turismo familiar. Também levo em questão e peço para que o Senhor Presidente possa pensar melhor, o que eu farei com o meu cliente portador de uma deficiência física? Qual é a estrutura que o município de Albufeira fornece a esses portadores de deficiência física, por exemplo, um cadeirante? Só há duas opções, a escada automática ou a ladeira, e como é que o meu cliente do TVDE vai descer até à baixa de Albufeira, uma vez que ele fez a reserva no hotel Baltum, por exemplo, na Avenida 25 de Abril, como ele vai descer? Gostaria de pedir ao Presidente da Câmara Municipal que volte atrás com essa decisão, porque como já foi referido por outros colegas meus, essa decisão implica não só no turismo como na nossa atividade económica, por favor, Senhor Presidente, volte atrás com essa decisão." -----

Vilson Lopes: "Boa noite a todos, gostaria de iniciar a minha intervenção nesse importante encontro para defender veemente a categoria de TVDEs na nossa cidade. É com grande preocupação que observamos a recente restrição imposta aos motoristas TVDE, por meio da restrição a circulação de determinadas vias da cidade, incluindo aquelas que dão acesso à baixa de Albufeira. Esta medida, embora possa ter sido tomada com a intenção de regular o trânsito, como o Senhor Presidente falou na Assembleia passada, representa um impacto significativo para os profissionais dessa categoria e para a comunidade em geral. Os motoristas TVDE desempenham um papel fundamental na economia local, oferecendo um serviço de transporte eficiente e conveniente para os moradores e visitantes da nossa cidade. A sua atuação contribuiu não apenas para a mobilidade urbana, mas também para a geração de empregos e desenvolvimento económico da nossa região. Além disso, é crucial ressaltar que os motoristas TVDE são profissionais qualificados e certificados, que seguem normas de segurança e conduta. Sua presença no mercado de transportes representa uma opção valiosa para os consumidores, promovendo concorrência saudável e a oferta de serviço de qualidade. Diante disso, Senhor Presidente, solicito a reconsideração da restrição da circulação dos motoristas TVDE ao prol da Justiça, da Segurança e do



desenvolvimento da nossa comunidade, proponho que busquemos soluções colaborativas inclusivas, que promovam o diálogo e o entendimento mútuo entre todas as partes envolvidas. Acredito firmemente que ao trabalharmos juntos em busca do equilíbrio entre as necessidades dos motoristas TVDE a regulamentação do transporte e bem-estar da população, poderemos alcançar um resultado positivo e satisfatório para todos.” -----

Daniela Matos: “Boa noite a todos, alinhados os objetivos com a associação ANM TVDE Nacional e à Organização do Algarve, gostaria de destacar a importância de defender o direito dos motoristas TVDE de circular nas ruas de acesso à baixa de Albufeira, considerando diversos aspetos relevantes para a comunidade e os turistas que visitam a nossa cidade. Livre concorrência, a liberdade de escolha é um dos princípios fundamentais numa sociedade democrática e no mercado dos transportes também. Permitir que os motoristas de TVDE circulem livremente nas ruas de acesso à baixa de Albufeira, promove a concorrência saudável entre os diferentes serviços de transportes, garantindo aos passageiros a possibilidade de escolher a opção mais adequada às suas necessidades e preferências. Acesso aos turistas, os turistas que visitam a nossa cidade devem ter a liberdade de escolher o meio de transporte que desejam utilizar para se deslocar, de acordo com a sua conveniência e conforto, restringir a circulação dos motoristas TVDE pode limitar a oferta de opções de transportes, prejudicando a experiência dos turistas, inclusive a reputação de Albufeira como destino turístico, acolhedor e acessível. Tempo de recolha, considerando o tempo de espera e recolha dos turistas é importante ressaltar que os motoristas TVDE desempenham um papel fundamental na agilidade e eficiência de transportes de passageiros, depender exclusivamente dos serviços, por exemplo dos táxis, o tempo de espera pode ser significativamente mais longo, impactando a experiência dos turistas e também dos moradores e dos trabalhadores da baixa. A sensibilidade para todos, é essencial lembrar que existem turistas com mobilidade reduzida, que dependem da disponibilidade de serviços de transporte acessíveis adaptados às suas necessidades. Gostaria de questionar ao Senhor Presidente, como as pessoas em cadeiras de rodas ou com carrinhos de bebés irão subir até ao Pau da Bandeira para encontrar motorista TVDE? Através da escada rolante ou da estreita Rua dos Telheiros? Será que esta medida respeita essas pessoas e todos os demais que têm o direito de escolher qual o serviço usar? Os motoristas TVDEs muitas vezes



oferecem um serviço personalizado e inclusivo, atendendo às necessidades específicas dos passageiros com dificuldades de locomoção, proporcionando-lhes o comodo conveniente. Diante desses argumentos, questiono a Câmara Municipal de Albufeira se considerou adequadamente as necessidades e direitos dos turistas, incluindo aqueles com mobilidade reduzida? E se refletiu sobre as consequências da restrição dos motoristas TVDEs na livre concorrência, na escolha dos passageiros e na eficiência do serviço de transporte da nossa cidade. Agradeço a atenção de todos, coloco-me à disposição para colaborar na busca por soluções que promovam a inclusão, a sensibilidade e desenvolvimento sustentável de Albufeira." -----

Helena Ferreira: "Boa noite, a minha questão é muito rápida. Porque é que deixaram de cortar os arbustos, na rua principal das telecomunicações que vai até ao Pau da Bandeira? Os arbustos antes eram sempre aparados e agora estão a tapar o passeio, que nos impede de andarmos no passeio e irmos, portanto, para o meio da estrada. Não é só nessa rua é também na rua um bocado mais abaixo, quando se corta à esquerda e que vai dar à rua que vêm para cima, portanto, do parque a rotunda do Pescador, penso que é assim que se chama. A outra questão, são as escadas rolantes, a maior parte das vezes começa a trabalhar às dez horas, não é por mim, mas eu vejo pessoas a subirem, com paus e com muita dificuldade e eu acho que isso é um absurdo. O elevador também estava sempre a funcionar nesta altura, está completamente ao abandono, não sabemos porquê. E era também outra questão, que pode ser engraçado, mas não tem graça nenhuma, são os saquinhos para os cachorros que costumavam pôr por todo o lado e até isso começou a faltar." -----

Jorge Mateus: "Boa noite, sou proprietário do edifício Tamariz e estou aqui na qualidade de proprietário para expor muitos problemas que se passam na Avenida Sá Carneiro Sul. Só posso falar na Avenida Sá Carneiro Sul, que é aquela que eu mais estou presente. De há uns tempos para cá tem vindo a ser uma constante, mais de quinta a domingo, da presença de pessoas de etnias e não vou dizer o nome, porque podem-me considerar xenófobo, mas de etnias que estão a vender produtos lícitos ou ilícitos, não sabemos muito bem. Bom, acontece que aquilo está a ser insustentável o que se está a passar. Aquando da presença da polícia, que é rara mas às vezes aparece, devido ao pedido dos proprietários, o que é que acontece? A população sente-se ameaçada por parte desses indivíduos, porque eles fazem das nossas lojas e dos nossos restaurantes esconderijo. As minhas colaboradoras já estão a ter medo de trabalhar



de quinta a domingo. Esse é um dos pontos que eu quero tratar, como não quero só reclamar, também trago algumas soluções para este problema. Acho que estão a ser colocadas as câmaras na Avenida Sá Carneiro e muito bem, mais uma vez e penso que foi em dois mil e dezassete, dois mil e dezoito na Biblioteca Municipal de Albufeira foi feita uma reunião, o qual eu solicitei um posto de polícia na Avenida Sá Carneiro permanente, para ajudar estes problemas, provavelmente são duas situações que nos poderão ajudar. Nesse documento que entreguei (Doc. n.1 anexo a esta ata), eu tenho uma loja com duzentos metros quadrados, produzo muito cartão e tenho o cuidado de fazer a reciclagem. Não tenho forma de fazer essa reciclagem a não ser nos ecopontos caseiros, os ecopontos são distribuídos pela cidade. Os ecopontos da cidade não aceitam cartão nem plástico, não pode ser. Eu passei lá hoje para perguntar, os ecopontos junto ali à GNR e junto ao moto clube simplesmente não aceita cartão nem plástico, não percebo porquê. Até aqui há dois anos, aceitava, de repente, a Algar deixou de aceitar. Não percebo. Junto ao Tamariz, existem três caixotes de lixo para fazer face a todo aquele comércio que está ali, está também aí documentado, podem ver a fotografia, à meia-noite, mais ou menos, o acumular de lixo que aquela rua faz, não é de todo bom para a imagem do turismo que queremos para a nossa Albufeira. Liguei para a Polícia Municipal para relatar este problema e a Polícia Municipal só pode se receber chamadas até às dezassete. Não percebo porquê, se é uma Polícia Municipal, gostava de perceber as competências de uma Polícia Municipal para resolver os nossos problemas, mas só pode atender chamadas até às dezassete, dito pelo colaborador Pereira. Bom, agora temos o problema mais pertinente naquela rotunda da Oura, que é a atribuição de espaços amovíveis, a fazer concorrência a qualquer hora do dia ou da noite aos espaços devidamente licenciados. Eu acho que eles também estão devidamente licenciados, porém, na minha opinião e como residente em Albufeira há vinte e nove anos, não é a imagem que queremos passar. Os nossos espaços construídos de raiz e com todas as condições para servir o turismo de qualidade, não estão de todo a mostrar o que queremos para a nossa Albufeira. Quartos de banho não existem, os quartos de banho são os do Tamariz, não sei como é que atribuíram aquilo, aquele licenciamento, quando os próprios colaboradores daquele espaço não têm forma de usar sanitários, portanto, o meu espaço é que está a ser usado como uso de quarto de banho para aquelas pessoas. Como pode ver aí, vai nascer mais um agora. Está nessa fotografia, nessa imagem, mesmo ao lado da paragem dos autocarros, vai nascer mais



um espaço. Eu penso que brevemente, se calhar, a paragem do autocarro terá de sair dali. Pronto, tenho dito, espero desta vez obter algumas respostas, porque todos estes problemas que eu estou a reportar agora já foram reportados à porta fechada com o Senhor Presidente e nenhum deles surtiu efeito, portanto, espero ter alguma resposta, se quiserem o meu contacto, o meu número de telefone, estou disponível para debater todos estes problemas. Muito obrigado.” -----

Presidente da Câmara: “Boa noite, agradeço a vossa presença, acho que há muitas intervenções que fazem muita falta, porque desde que nós oiçamos aqui publicamente, nós membros do executivo, membros da Assembleia Municipal, e os técnicos municipais aqui presentes, e técnicos responsáveis por algumas das áreas que aqui foram apresentadas, é importante esta participação popular. Para responder ao senhor Paolo Funassi, sobre a questão da deservagem, desde logo digo que é da responsabilidade das Juntas de Freguesia. As juntas de freguesia recebem dinheiro para esse efeito, portanto, compete às juntas de freguesia realizar essa mesma atividade. Relativamente à estratégia que foi apresentada sobre o turismo, obviamente que a economia do Albufeira tem de ser diversificada, não convém que seja apenas sol e praia, tem de ser diversificado até por outras atividades económicas, nomeadamente a agricultura, a indústria, o comércio, tudo aquilo que for possível e necessário. Mas a estratégia tem de apontar não apenas para diversificar o turismo, porque Albufeira e o Algarve em geral é extremamente sazonal, deixando que em determinadas alturas do ano é a época baixa. E nessa época baixa existe poucos pontos de atração, existe pouca possibilidade de virem turistas em grande quantidade para cá, nomeadamente desde novembro até março, por aí. A partir daí a situação começa a ser ligeiramente diferente, até que atinge o pico nos meses de verão. Essa diminuição da sazonalidade, trazendo para aqui outros pontos de interesse turísticos, nomeadamente o turismo desportivo, o turismo de saúde é extremamente importante para que Albufeira possa diluir um pouco aquilo que é a sazonalidade do inverno. Para que não esteja tudo praticamente fechado e para que não haja serviços a funcionar deficientemente. Para além disso, a estratégia deverá apontar para outros mercados de origem dos próprios turistas. Porque muitas vezes, não é com decretos nem com despachos, nem com deliberações camarárias que se aumenta a qualidade do turismo. A qualidade do turismo tem de ser feita na origem desses mesmos turistas, nós deveremos passar a ter e deveremos fazer promoção de turismo nos países nórdicos, por exemplo, que nos



últimos anos tem havido algum decréscimo. Relativamente ao senhor Paulo Lopes, sobre o ruído que se desenvolve do ginásio que está no supermercado Continente, ao saber que vinha cá, e como o senhor Vice-presidente é que tem o pelouro desta área do ruído, não está cá, eu vou dizer o que se tem feito. Por aquilo que me foi relatado, a medição acústica no seu apartamento foi feita em dezasseis de outubro de dois mil e vinte e três, posteriormente houve um despacho do Vice-presidente de nove de janeiro de dois mil e vinte e quatro, para proceder de acordo com a informação técnica, e a informação técnica, essa que apontava, que a entidade exploradora do ginásio teria sessenta dias para repor a legalidade. O proprietário do ginásio foi notificado, sessenta dias esses que por sinal, terminam hoje, dia vinte e dois do quatro de dois mil e vinte e quatro. Agora vamos ver o que acontece, a partir de amanhã, é aquilo que lhe posso dizer neste momento. Portanto, acaba hoje, e hoje não lhe posso dizer qual foi o resultado desta notificação. Sobre a questão da toponímia, dos números de polícia, já aqui relatados na última Assembleia Municipal, ia passar ao senhor Vereador Ricardo Clemente, porque tem este pelouro da toponímia, para esclarecer melhor." -----

Vereador Ricardo Clemente: "Uma vez mais a falar sobre a questão da atribuição de números de polícia naquela rua e justificar que se deve ao facto de não existir número de polícia naquela zona, e a Câmara Municipal está a cumprir com a postura, e está a cumprir com a legislação e é de sua obrigação assim fazê-lo. De facto, houve aqui na última reunião há quinze dias, esta devida contestação e eu com os serviços procurei indagar e perceber melhor qual era a possibilidade de reverter toda esta situação. De facto, ainda estamos numa fase de análise para perceber se, de facto, é possível ou, não posso adiantar agora nesta fase ainda concretamente, o que é virá a ser feito, aliás, inclusivamente, combinei com a pessoa que lidera todos este processo, nomeadamente o Doutor Nuno Serra, uma reunião que ainda não tive oportunidade de marcar, porque a informação ainda não é conclusiva, mas assim que existir essa oportunidade farei, tal como disse." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões levantadas pelo senhor Vítor Soares, Samuel Inverno, Filipe Lopes, Vislson Lopes, Daniela Matos, a questão dos TVDEs, a questão deliberada em reunião de Câmara, não fui eu que a deliberei sozinho, foram sete membros da Câmara Municipal, o objetivo principal e o fim em vista não é prejudicar, nem os utentes dos TVDEs, nem os motoristas dos TVDEs, nem os proprietários ou empresários no âmbito dos TVDEs. O único objetivo que há aqui



presente é, de alguma forma adaptar aquilo que existe de legislação, que é muito pouca. Como sabem, os TVDEs são regulados e legislados pelo Governo Central, as Câmaras Municipais não têm o mínimo de intervenção nessa área, contrariamente com aquilo que tem com os táxis. Os táxis têm um contingente municipal, é obrigatório concurso público para aquele contingente, se o contingente tiver fechado não pode haver mais concurso, nem pode haver mais gente a concorrer e só podem tomar passageiros em determinados sítios, que são as praças espalhadas no concelho. O objetivo não é prejudicar seja quem quer que for, de maneira nenhuma, evidentemente que foram aqui levantadas algumas situações, que eventualmente não teriam ficado salvaguardadas e que podem ser eventualmente revistos, que é a questão das pessoas com mobilidade reduzida, que é uma situação que tem de se salvaguardar e não pode ser esquecida de maneira nenhuma. Quando alguém disse aqui que os tuk-tuks iam à baixa da cidade, não é verdade. Os tuk-tuks não vão à baixa da cidade, o comboio turístico não vai à baixa da cidade e o Giro também não vai à baixa da cidade, na Avenida 25 de Abril, que é aquela mais problemática, porque em dias de verão é complicadíssimo para os próprios motoristas dos TVDEs que para largar ou tomar um passageiro é difícil seja onde for, é um tráfego muito intenso. Tomara eu, e se calhar nós todos, albufeirenses, que aquela zona ficasse sem trânsito nenhum, apenas cargas e descargas de mercadorias, que durante a manhã podiam lá ir descarregar. O ideal seria isso, mas é impossível, está lá um parque de estacionamento, há lá uma praça de táxis, que ao não ser lá pode ser noutro lugar qualquer. Aliás, há uns anos já se discutia a retirada da praça de táxis de lá, para evitar precisamente a perturbação que o trânsito tem e a perigosidade. Eu estou disponível para discutir com uma comissão de três pessoas, no máximo, o que vocês queressem, o que achariam que era o máximo que se podia fazer, mas temos de evitar o trânsito naquela altura, é impensável continuar assim, porque chega a junho, julho, agosto e setembro, é terrível a determinadas horas. De manhã não tem grande problema, mas a meio da tarde até à meia-noite, por aí assim terá muitos problemas. Portanto, estou disponível para isso, mas que não venha toda a gente a querer tudo. Organizem-se em três ou cinco pessoas e depois poderão contactar comigo para marcarmos uma reunião para a próxima semana, para discutir este assunto. Mas temos de manter aqui uma situação de equilíbrio, com aquilo que eu disse, com aquilo que vocês disseram, que há um aspeto que não foi lembrado, a questão do transporte de pessoas com mobilidade reduzida. Evidentemente que se trouxerem



uma pessoa com mobilidade reduzida para a baixa, se deixarem no Pau da Bandeira, torna-se complicado ela ir para casa. Assim como vocês, há tempo foi noticiado no jornal, que um dos vossos colegas, não sei onde, recusou a entrada de uma pessoa cega acompanhada de um cão, que era o cão guia, e isso não é possível, o próprio decreto-lei diz que isso é impossível acontecer. Assim como vocês têm algumas regras para cumprir, nós também temos de zelar pela afluência do tráfego para que possa haver uma fluência mais ou menos rápida. Vamos discutir e dialogar para ver se conseguimos chegar a um ponto de entendimento. A D. Helena Ferreira falou no corte dos arbustos, na Rua das Telecomunicações e no Bairro dos Pescadores, penso que o Diretor Paulo batalha, que tem esta responsabilidade estará com atenção e levará esta informação para que amanhã ou depois de amanhã se comece a resolver o assunto. Relativamente às escadas rolantes e ao elevador, é bom lembrar que estes dois equipamentos são necessários trabalhar sempre com uma pessoa presente, é impossível, se não tiver uma pessoa sempre presente passados dez minutos para, fica bloqueado, porque carregam no botão. Vou ver a questão das dez horas, não era suposto começar às dez horas, há aí uma falha qualquer. Sobre os sacos para os dejetos dos cachorros, dizem-me que normalmente são lá colocados pelos serviços da Câmara e das juntas de freguesia e que são roubados quase imediatamente. O senhor Jorge Mateus falou na questão da venda de produtos lícitos ou ilícitos, já registei esse assunto para amanhã chamar a atenção do Senhor Major Pereira, no sentido de fazer uma fiscalização mais apertada dentro das possibilidades. Conforme disse, estão a ser feitos os roços para passar os cabos e dentro de pouco tempo começa-se a colocar, as cerca de setenta câmaras de vigilância, penso que durante o mês de maio fique tudo terminado. Relativamente a todas as estruturas que estão lá junto à rotunda, quero dizer que já foram feitas dez participações pela fiscalização, sobre as mais diversas, desde dois mil e vinte, vinte e dois e vinte e três e ainda hoje falei com a fiscalização para se deslocar ao local, porque estava lá uma a começar, não sei se é essa que falou há bocado, que eu passei lá ontem e vi essa situação. Acho que já lá foram, e agora vamos ver no que isto dá, evidentemente que as participações poderão não resolver tudo, isto tem de seguir os tramites normais, que é a participação da fiscalização, vai ser instruído um processo de reposição da legalidade no gabinete jurídico, é notificado o proprietário para que durante um determinado prazo seja ou retirado ou licenciado, caso seja possível licenciar, que não é assim muito fácil. Depois, caso não cumpra, tem de ser comunicado



ao Ministério Público e a partir daí é o Ministério Público que faz as suas investigações. E é assim que se processa judicialmente estas situações, com certeza que não é o mais célere, infelizmente é assim. Sobre a questão do ecocentro para o papelão e vidro, a Algar, a empresa que faz a recolha dos resíduos recicláveis, tem um serviço bastante deficiente, a nível de todos os concelhos, mais no verão que no inverno, obviamente, e não corresponde nem responde às vossas solicitações nem às nossas, são só pela recolha atempada destes três tipos de resíduos, vidro, papel e embalagens, até para a colocação de novos contentores alegam sempre que não têm mais e que já está esgotada a colocação de contentores a nível do Algarve. Dentro de poucos dias vamos abrir um concurso, para que a Câmara fique a fazer o papel da Algar, e aí a Algar terá de pagar á Câmara naquilo que se achar justo, aí estamos mais próximos e já podemos ir fazer essa recolha e com certeza que isso não vai acontecer. Vamos fazer recolha de contentores, mas também recolha porta a porta, nomeadamente naquela zona e na baixa de Albufeira. Sobre a questão da Polícia Municipal vou ver a questão dessas horas, se calhar foi num período que alguns estavam de férias, vou saber o que se passa.” -----

Ultrapassado o período de intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Inês Vieira: "Boa noite, a AP tem cinco questões a fazer neste ponto antes da ordem do dia. A primeira gostaríamos de saber para quando é que está prevista a entrega das dezassete habitações de Paderne, e as da Quinta da Palmeira. A segunda, para quando está prevista a conclusão das obras de reabilitação do Cerro de Malpique. Aproveitamos também para questionar em que estado se encontra a obra de requalificação da estrada do Paraíso. Terceira, verifica-se que existe falta de manutenção e conservação e até de segurança, no espaço da parte superior do estacionamento P1, localizado no Pau da Bandeira. Recomendamos que haja uma especial atenção para aquele espaço, tendo em conta que ainda não iniciamos a época alta e toda a área envolvente é uma zona privilegiada de Albufeira e merece esse cuidado. A quarta, apesar do regulamento da taxa turística do Município de Albufeira ter sido aprovada na última sessão de Assembleia e da sua aplicabilidade a partir do próximo dia dois de maio, está a gerar aqui alguma controvérsia no seio dos



empresários de Albufeira. Este é um assunto com grande importância e complexidade, merecia uma melhor atenção por parte do Município, nomeadamente uma sessão de esclarecimentos e sensibilização ou até mesmo uso das redes sociais para esclarecimentos, porque apesar de ter sido cumprido o procedimento de consulta pública, a verdade é que este assunto não chegou de forma eficaz a todos os empresários. Por último, sobre o assunto desta Assembleia, que é o assunto dos TVDEs, o Albufeira Prometida na pessoa do vereador Abel Zua, deixou bem expresso que esta medida não era a mais adequada para resolver o problema. Recomenda todos os presentes que peçam ata da reunião de câmara de dois de abril, assim que ela saia, nós apenas podemos comunicar o que se passou após a publicação da respetiva ata, contudo, a ata e minuta desta reunião podem verificar que houve 6 votos a favor e a abstenção do vereador Abel Zua. Senhor Presidente, não foi falta de aviso! E chegamos aqui, a este ponto de manifestação de desagrado que seria perfeitamente evitável." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, boa noite a todos, tenho quatro pontos inicialmente, gostaria de mostrar mais uma vez a solidariedade da bancada do PSD/CDS sobre esta questão da numeração de polícia na Rua do Golfo, como já referi em reunião nossa anterior, é um assunto que para mim poderá até ser um não assunto, porque se efetivamente as coisas funcionaram até aqui, os moradores têm toda e qualquer legitimidade de alegar do porquê da mudança, se efetivamente não há uma justificação até agora, devidamente plausível sobre o assunto, o justo, é o justo, portanto, a nossa posição aqui sobre esta matéria. Saudar o início da montagem do sistema de videovigilância na cidade, há muito almejado pelos albufeirenses, há muito almejado também por esta digníssima Assembleia e que certamente trará não só a sensação de mais segurança à população, mas também a possibilidade de determinados crimes praticados em determinadas artérias da cidade serem devidamente punidos e facilitará, naturalmente, a intervenção das nossas forças policiais. Reforçar a necessidade premente, passando a redundância do reforço policial mais musculado de março a outubro, no nosso concelho. É uma questão que é absolutamente necessária que, eu tenho a certeza que o Senhor Presidente e o seu executivo já estarão a tratar perante o novo Ministro da Administração Interna e o Senhor Secretário de Estado nesta área, porque é efetivamente muito, muito necessário, principalmente naquelas artérias que estão plenamente identificadas por nós, Avenida Sá Carneiro sul, a baixa



de Albufeira e todas aquelas artérias que têm efetivamente mais alguma movimentação noturna, carecem efetivamente a toda a hora de uma força policial mais musculada. Trazer também à coação aquilo que é mais uma vez, um indício sério daquilo que é o mau desempenho da Algar na recolha dos recicláveis no nosso concelho, não é só no nosso concelho, é também a nível do Algarve, tive a oportunidade de ser o primeiro subscritor de um voto de protesto que esta Assembleia, com muito orgulho aprovou e que depois eu apresentei na Assembleia Intermunicipal e que também foi aprovado por unanimidade e que chegou à Algar. O que é certo é que nada mudou e, portanto, eu acho que isto já é, desculpem a minha sinceridade, uma brincadeira, porque os municípios protestam, os municípios fazem-se ouvir pelos seus representantes, a Assembleia Intermunicipal faz-se ouvir, protesta sobre este assunto e uma entidade que tem no seu orçamento uma grande parte de dinheiro proveniente dos orçamentos municipais, não toma em conta aquilo que são as indicações dos municípios, aquilo que são as indicações da Intermunicipal e, portanto, aquilo, independentemente de não temos maioria, Senhor Presidente, eu sei que não temos maioria, mas também sei que o orçamento da Algar ficaria ferido de morte, se não fosse a participação dos municípios, ferido de morte e, eu acho que os municípios no Algarve deviam tomar uma posição forte, veemente contra uma situação que é absolutamente inaceitável. Saudar a posição do Senhor Presidente e seu executivo naquilo que é a preparação de um procedimento que venha a substituir e colmatar aquilo que é a manifesta falta de capacidade da Algar, substituindo-se a Algar na recolha de alguns de alguns recicláveis, minimizando, de certa forma, a situação.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Boa noite a todos, tenho cinco assuntos para expor a esta Assembleia. Primeiro, quero fazer um pedido de desculpas pelo mal-entendido que ocorreu durante a última Assembleia Municipal, em relação às senhas de presença dos presidentes de junta, eu desconhecia que havia sido apresentado um recurso em tribunal, isso gerou algum mal-entendido com o Presidente da Assembleia Municipal e, estou disposto a esclarecer qualquer dúvida ou equívoco que tenha surgido a respeito do assunto. Agradeço a compreensão de todos, estou à disposição para qualquer esclarecimento adicional, caso seja necessário. O segundo assunto que me traz aqui, é um assunto que eu já venho debatendo também na Assembleia há algum tempo, e esta semana recebi por parte da Assembleia Municipal, uma carta, como recebemos todos, deve ter sido na última assembleia, e é com algum



desagrado que venho expor a minha insatisfação em relação aos recursos humanos do Município. Há vários anos que a Junta de Freguesia de Ferreiras tem vindo a solicitar funcionários para repôr os que se têm aposentado. No entanto, as nossas solicitações têm sido ignoradas. Recentemente fomos informados que o Município disponibilizou um funcionário para o serviço de Finanças, o que consideramos uma decisão injusta e prejudicial para a nossa freguesia. Entendemos que a distribuição de recursos humanos deve ser feita de forma equitativa e justa, levando em consideração as reais necessidades de cada local. Mais uma vez apelo ao Município que tome as devidas providências e atenda às nossas reivindicações, garantindo assim um serviço público de qualidade e eficiente para todos os cidadãos de Ferreiras. Juntos podemos exigir mudanças e fazer valer os nossos direitos, melhorando assim a nossa freguesia e o nosso concelho. Portanto, mais uma vez, venho fazer o apelo aos recursos humanos, e já agora, uma vez que está uma pessoa nas finanças, também solicito, uma vez que é da parte do município, que consigam ver os nossos IMI's que estão a ser cobrados indevidamente. Uma vez que está lá um funcionário do Município, se isso for possível agradecia. O terceiro assunto tem a ver com uma freguesa que reportou esta semana uma situação que estava muito indignada, e eu compreendo a indignação, em relação às frequentes ruturas de água na estrada de Paderne, ou seja, na N395. De facto, estas situações são muito incomodativas e afetam a qualidade de vida de todos os que por ali moram. É importante salientar que como foi referido, a competência para resolver este tipo de problemas é do Município, no entanto, como Presidente de Junta, vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para sensibilizar as entidades competentes a resolver esta situação. A Senhora enviou a semana passada para a freguesia de Ferreiras e para o Município de Albufeira, a reclamação. Portanto, a situação descrita pela freguesa é realmente preocupante, é inaceitável que haja roturas frequentes naquela estrada de Paderne e também na Rua da Padaria, resultando em grande perda de água, além disso, o facto de as únicas medidas tomadas para resolver essa situação, é abrir as bocas de incêndio, porque têm de vazar os canos para efetuar a devida reparação, e essa água perde-se toda, causando ainda mais desperdício de água e danificando as bermas da estrada, que é admissível. Depois as bermas têm de ser repostas e geralmente nunca são, ficam lá os buracos. É importante que o município tome medidas urgentes para resolver o problema de forma eficaz e responsável. A freguesa tem todo o direito em estar indignada e é fundamental que a sua voz seja



ouvida e as suas preocupações atendidas. A preservação dos recursos hídricos e manutenção adequada das estradas em questão, são de extrema importância e devem ser tratadas com a devida seriedade. Quarto assunto, mais uma vez expressar a minha profunda indignação e descontentamento com falta de resposta e ação por parte do Município em relação a situações relativas à nossa freguesia. No dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e um, foi reportado ao município através do gabinete de Apoio ao Município, um caso de um acidente que resultou na danificação da rede de vedação num terreno na estrada da Eira, até hoje passaram cerca de três anos e ainda não foi dado qualquer tipo de resposta ao município, muito menos reparação da rede. Esta situação é inaceitável, e a demora uma total falta de consideração e responsabilidade por parte das entidades competentes, a rede do terreno continua danificada e coloca em risco a segurança da propriedade e dos habitantes que nela residem. Quinto assunto, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara venho solicitar esclarecimentos acerca da atual situação da pista de atletismo e BTT das Fontainhas, a qual é propriedade do Município. Verifico que o terreno se encontra atualmente coberto de vegetação, sem qualquer tipo de manutenção, apesar de continuar a ser utilizada pelos jovens atletas locais para os seus treinos e por alguns clubes do concelho de Albufeira. Tenho conhecimento que está prevista a construção de habitação social no referido local, questiono se a Câmara Municipal já identificou e assegurou algum terreno alternativo para a reinstalação da pista de atletismo de BTT, além disso, considerando que a junta de freguesia possui um terreno para este fim, sugiro a possibilidade de celebração de um contrato interadministrativo entre a Câmara e a Junta para a colaboração ou para a elaboração do referido projeto." -----

Luna Silva: "Boa noite a todos, face ao dito nesta Assembleia Municipal pelo público, sobre o setor dos TVDEs e na sequência da aprovação por este executivo da interdição de circulação de veículos afetos a transporte em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica TVDE, o partido Chega vem apresentar o seu entendimento sobre esta matéria, começando desde já por esclarecer que nós defendemos a regularização imediata deste setor com a revisão do diploma atual e a sua devida fiscalização, e ainda a aplicação de sanções pela prática de infrações, quer a título de dolo, quer a título de negligência. É um facto que as regras impostas aos taxistas, em relação aos TVDEs são desiguais e são desleais, na medida que a lei é muito mais rigorosa para os taxistas, não só no acesso à profissão, mas no exercício da atividade,



uma vez que os táxis só podem trabalhar em áreas restritas, cumprindo desta forma um contingente concelhio, sendo que os transportes TVDE já podem trabalhar em qualquer zona ou área do país. Faço à acumulação das viaturas de TVDE durante o Verão na baixa de Albufeira, entendeu esta Câmara Municipal que deveria regularizar a recolha e largada de passageiros por parte de veículos TVDE, aplicando desta forma, uma interdição de circulação destas viaturas nesta zona. Mas pergunto-lhe, Senhor Presidente inibir será regularizar? Interdir será uma solução? Ou não será a criação de outro problema, como o caso do congestionamento de trânsito noutras zonas do concelho? Sendo que este problema é derivado do excesso de número de viaturas e porque não criar uma zona específica de recolha e largada de passageiros apenas para veículos de TVDE na baixa de Albufeira? Não seria esta uma melhor solução para o problema? Por último, como é que haverá capacidade para responder à fiscalização desta interdição? Esta foi a solução que o executivo entendeu que seria a melhor, no entanto, existem outras adversidades que circulam de volta deste setor e que são a principal preocupação dos nossos munícipes, como é o caso da insegurança dos passageiros durante o percurso das viagens, o comportamento dos motoristas desadequado, o desconhecimento dos motoristas do nosso Código da Estrada e da nossa língua portuguesa e o excessivo número de viaturas no nosso concelho. É que por causa deste novo perfil de motorista que não conhece a língua, não conhece o Código da Estrada, e que apresenta uma falta de conduta e de ética, os outros, aqueles que residem e trabalham no concelho de Albufeira, o ano inteiro, serão de forma injusta, abrangidos por esta medida, ficando desta forma prejudicados no exercício da sua atividade. Eu quero relembrar que o partido Chega, na Assembleia Municipal de dez de julho de dois mil e vinte e três, abordou estas problemáticas, relatando ainda uma situação exposta pela Presidente da Associação Nacional Movimento TVDE, que referiu que existiam condutores que se encontravam há apenas duas semanas em Portugal e que já conduziam viaturas TVDE. Propus ainda a esta Câmara Municipal que tomasse a mesma via que a Câmara Municipal de Lisboa tomou, exigindo ao Governo que alterasse de forma imediata a lei dos TVDEs e apresentando uma moção para garantir aos municípios competências no domínio da regularização e organização dos TVDE, através da divulgação pública do número de veículos em cada município que afeta esta atividade e da suspensão das atuais licenças atribuídas a operadores TVDE que se encontram inativas por um período superior a três meses. Informações essas que são



do conhecimento do IMT e da Rede Nacional de Viaturas. Assim venho apelar mais uma vez ao Senhor Presidente que proteste e pressione o atual Governo para regularizar esta atividade face à sua nova realidade, de forma a promover um maior equilíbrio entre as partes, a melhoria do serviço e a sua justa valoração." -----

Inês Mendonça: "Muito boa noite a todos, a minha pergunta de hoje tem a ver com as medidas adotadas para pela Câmara Municipal de Albufeira relativamente à poupança de água, isto porque vários munícipes têm vindo a receber nas suas caixas de correio, um ofício, uma circular, um comunicado, enfim, como queiramos chamar, remetido e assinado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, dando conhecimento dessas medidas com vista à poupança da água e contendo a algumas dessas medidas e proibições. Uma daquelas que nos chamou a atenção, e que eu também notei junto das pessoas com quem tenho falado e abordado este assunto, uma das medidas que tem suscitado há alguma confusão, tem a ver com a suspensão do fornecimento de água dos contadores de rega. A minha pergunta vai no sentido de saber se vai ser suspenso de facto, o fornecimento de água nos contadores de rega? Em caso afirmativo, quando é que se vai iniciar essa suspensão, e se essa suspensão tem carácter temporário ou não, ou se pelo contrário, não estamos a falar aqui de uma suspensão do fornecimento de água, mas apenas da suspensão da atribuição da concessão de novos contadores de rega? Eu penso que este esclarecimento é importante, porque vamos começar também a época de veraneio, há pessoas que estão preocupadas, a pensar como é que vão encher as piscinas, como é que vão regar os jardins, sobretudo aquelas pessoas que têm prédios ou frações destinadas a alojamento local e, portanto, eu pedia este esclarecimento ao Senhor Presidente." -----

Domingos Coelho: "Boa noite, gostava de começar por colocar aqui uma questão que coloquei já na última Assembleia e o Senhor Presidente, na altura não esclareceu, que tem a ver e está enquadrado no âmbito do PDM e da necessidade de defender os nossos miradouros e as vistas icónicas de Albufeira. E eu perguntei a propósito daquela vista que temos quando se desce da rotunda dos golfinhos para o semáforo que está a descer e, em particular, aquele projeto que penso que está já, digamos, se não aprovado, está em vias de, e a questão se é possível garantir aquela vista, por um lado, e segundo a questão do estacionamento. Aquela é a principal zona de estacionamento da cidade no Verão. E a questão é, se aquilo for um projeto privado, onde é que há um estacionamento com aquela amplitude ou se no eventual projeto, se é possível ali



negociar algum estacionamento público? Já foi levantada aqui a questão da segurança e penso que a melhor forma de começar por abordar esta situação é convocar o Conselho de Segurança. Penso que estamos nas vésperas do início da época turística, que normalmente é quando há mais problemas, e tanto mais, quanto julgo saber, o Conselho já está, digamos que todo nomeado, penso que tem condições para começar a funcionar. Outra questão que gostava de colocar ou que o Senhor Presidente desse conhecimento à Assembleia, qual é a situação oficial do senhor Vice-Presidente? Presumo que está em funções de senhor deputado, a questão é quanto tempo que está prevista a sua ausência na Câmara e se os seus pelouros foram distribuídos por outros membros do executivo? Finalmente, para dar os parabéns ao programa do 25 de Abril, pelo menos naquilo que está anunciado, penso que é significativo e principalmente por ter envolvido várias entidades, entre as quais as escolas, principalmente." -----

Carla Valério: "Boa noite a todos, a minha pergunta vai direto à questão da taxa turística. O mês de maio está-se a aproximar, ela vai entrar, presumo que seja agora no mês de maio e está tudo assim muito no ar. Como é que se vai processar? Como é que os proprietários, os hoteleiros irão pagar essa taxa turística? Se vai haver um regulamento, o que é que se está a pensar fazer, e como é que a informação vem cá para fora, para que as pessoas possam ficar informadas? Gostava também de falar aqui da questão que já foi falada também, a questão de segurança em Albufeira, porque realmente as coisas estão a levar assim uma conduta um bocado grave e temos mesmo de tomar medidas." -----

Raúl Ferreira: "Boa noite, a minha questão vai diretamente para o senhor Presidente da Assembleia Municipal e prende-se com o seguinte, hoje vou deixar o senhor Presidente da Câmara em paz, para quebrar um bocadinho a rotina. Senhor Presidente, já diversas vezes se falou na questão desta Assembleia reunir nas diversas freguesias e até hoje nada foi feito. Eu peço-lhe encarecidamente que não me venham falar em questões técnicas que impossibilitam essa Assembleia ser nas freguesias. Eu gostava de relembrar, se a memória não me falha em mil novecentos e sessenta e nove, conseguiu-se por um homem na Lua, portanto, pôr a Assembleia na freguesia, mais longe, que eu penso que é Paderne, cerca de treze quilómetros, não será missão impossível. E estando a decorrer este ano os cinquenta anos sobre o 25 de Abril, penso que é importante aproximar os órgãos locais das pessoas, a haver uma participação efetiva, transparência também é importante nas nossas decisões, de forma que todos se sintam



incluídos neste processo do poder local. Esse é o meu pedido e penso que haverá uma solução técnica para essa situação que não impeça este objetivo, que penso que é importante. O alojamento local, o Governo mudou, temos uma nova força política no poder e durante diverso tempo, enquanto o poder foi mais rosa e menos laranja, falou-se aqui diversas vezes no alojamento local, portanto eu gostava de ver novamente aquele empenho, aquela força aqui de diversas pessoas relativamente ao alojamento local, neste momento, visto que o Governo mudou talvez tenhamos alguma sorte nessa mudança." -----

Presidente da Assembleia: "Antes de passar a palavra ao senhor Presidente, como disse que hoje as perguntas eram-me dirigidas, à segunda pergunta não lhe posso responder, mas à primeira respondo-lhe, infelizmente, da mesma forma, eu questioneei em relação às questões técnicas para podermos levar isto às várias juntas de freguesia, o equipamento já foi adquirido. Neste momento, os técnicos estão a tomar formação e pediram-me cerca de um a dois meses para que tivessem informação necessária, de forma a conseguirmos levar. Senhor deputado, como sabe, nestas situações é sempre muito complicado, porque se fazemos uma Assembleia sem a publicitação por via YouTube ou de qualquer outra forma, seremos com certeza acusados de não realizar as coisas com a devida transparência, se tentamos fazê-lo ao esperar pelo equipamento, que foi o que aconteceu e que neste momento está, a ser trabalhado e que, a formação está a ser dada, eu espero que não mais do que um mês ou dois, possamos fazer a primeira Assembleia nas juntas de freguesia, que é sem dúvida alguma, também do meu agrado e concordo plenamente com o que o senhor deputado acabou de referir." -----

Presidente da Câmara: "Muito obrigado pelas questões colocadas, a senhora Deputada Inês Vieira falou na questão das obras no Cerro Malpique, isso está previsto, salvo erro até final de maio, para terminar aquelas obras. Sobre a estrada do Paraíso, penso que mais quinze dias e estará concluída. Sobre a questão da taxa turística, não são nem os empresários, nem os hoteleiros que pagam, quem paga esta taxa são os turistas. A taxa turística vai ser implementada a partir do momento em que for publicado o regulamento no Diário da República, antes disso não pode ser, independentemente de estar lá escrito dois de maio, supomos que o Diário da República só publica o regulamento dia quatro ou cinco de maio, e diz alguma serenidade que não deve começar no dia imediatamente a seguir, deve começar dois ou três dias depois. Antes



disso, foram feitas sessões de esclarecimento aos empresários, a explicar como tudo isto vai funcionar. Uma coisa é certa, as verbas oriundas desta taxa turística vão servir exclusivamente para aspetos relacionados direta ou indiretamente com o turismo, senão era uma deturpação daquilo que era a fixação da taxa turística. Terá de haver, se a contabilidade pública, o classificador não resultar, uma boa clarificação do que são as receitas, mas essencialmente do que é a aplicação da receita, portanto a despesa, far-se-á um documento paralelo onde fique taxativamente o que vem da taxa turística, para não se ficar com dúvidas. Já muita gente falou aqui sobre a questão dos TVDEs, é bom que se entenda, a regulação dos TVDEs compete exclusivamente ao Governo Central, e o Governo Central anterior ouviu muitas reclamações relativamente ao funcionamento e à atribuição de licenças aos TVDEs. Tem-se verificado, ainda hoje vinha no Jornal O Público, umas duas páginas sobre os TVDEs, evidentemente que não se pode tirar o todo pela parte, mas uma coisa é certa, existem imensos problemas com o licenciamento dos TVDEs, desde logo aquela questão relacionada com as cartas de condução, porque ainda há dias ouvia na rádio uma notícia em que havia motoristas de TVDEs, que não sabiam uma palavra de português e tinham tirado a carta de condução. Como é que isso é possível? Teoricamente não é possível, na prática, pelos vistos é. Não estou a meter em causa a questão dos estrangeiros, compete ao governo e a nós, que é preparar a inclusão destas pessoas. Nós, Albufeira e não só, não é só a atividade turística, a agricultura também precisa de emigrantes, se não for os emigrantes nós não temos capacidade humana para resolver todos os nossos problemas, de maneira nenhuma, portanto é bom que saibamos viver e conviver com essa realidade, é bom que tratemos bem de os enquadrar e os incluir na nossa comunidade, na nossa sociedade. Agora, a regulação dos TVDEs, para além destes problemas todos que têm acontecido, não é a Câmara de Lisboa que já exigiu do Governo e não aconteceu nada, a Câmara do Porto também exigiu e também não aconteceu nada. Eu, em sede de reunião da AMAL e de outras reuniões, precisamente a questão do IMT, reclamamos e não aconteceu nada. O mesmo acontece com a Algar, independentemente de aqui, na Assembleia Municipal, a Assembleia Intermunicipal ter sido aprovada uma reclamação no sentido de enviar para essa empresa o mau funcionamento que ela tem tido, na própria assembleia geral fiz uma intervenção baseada nisso, há duas empresas no algarve que não estão a fazer um bom serviço, que são a Algar, mas essa temos a solução à vista, ainda hoje assinei uma proposta para ir a



reunião de câmara, para abrir um concurso de oitocentos e cinquenta mil euros para recolher os reciclados e substituir a Algar. É claro que a Algar vai dar dinheiro para que isso seja feito pela Câmara, vamos ver se o serviço este verão vai ser melhor do que aquilo que foi o ano passado. E a outra empresa é a E-Redes, de iluminação pública. Passo a informar que qualquer intervenção na iluminação pública, nem que seja para substituir uma lâmpada que está fundida, ou um poste que está partido ou que não existe, todas essas operações são feitas pela E-Redes. Há dois ou três anos propus à administração da E-Redes que isso fosse revertido para a Câmara, mas não é possível fazer, segundo a concessão e a lei. Relativamente à videovigilância, é um problema que já vem de há uns anos a esta parte, tem tido altos e baixos, concursos vazios, mas estamos quase a colocar a primeira câmara. Alguém disse aqui que, a melhor maneira de resolver o problema da segurança era reunir o Conselho Municipal de Segurança, discordo, de maneira nenhuma. Não estou a menosprezar, até porque já tomaram posse, já está constituído, é importante, mas não é com aquilo que se vai resolver os problemas todos, vai levantar alguns problemas, vai ajudar a se resolver. Esta questão deste ofício para a Ministra da Administração interna e para o Secretário de Estado vai ser feita, como vai ser feita outra para a Ministra da Saúde, relativamente ao reforço do INEM. Vão ser feitos três ofícios para o Ministro das Infraestruturas, na variante Albufeira, para se ver se conseguimos terminar agora, é mais uma tentativa, e irei pedir uma reunião presencial com ele. Depois um passeio entre a Guia e o Shopping, que é uma zona extremamente perigosa e extremamente conflituosa em termos de tráfego versus peões e depois o alargamento de umas das pontes no Purgatório, que uma está alargada e a outra não está. A IP o ano passado respondeu que não era uma ponte que acarrete grandes problemas de acidentes, então que o alargamento dela não seria necessário. Também pedi autorização para colocar nesse sítio uma lombagem, mas também não autorizaram, a IP é que tem essa responsabilidade. As pessoas às vezes pensam que é a Câmara, mas a Câmara não tem a responsabilidade de tudo, mas paga como tal. Relativamente à questão do Jorge Carmo, roturas de água na estrada de Paderne, toda a gente sabe qual é a razão por que aquelas condutas estão sempre a rebentar, e enquanto não rebentarem todas não se resolve o problema, isto é um problema que está ali há muitos anos, por causa dos materiais que foram para lá colocados nas condutas, por isso é que estão sempre a rebentar. E quando se rebentarem vai-se substituir e já é uma outra conduta que já não tem esses problemas.



Sobre a vedação, o senhor engenheiro Batalha já registou o assunto para resolver rapidamente. É realmente vergonhoso, como é que há três anos, mas podem ter a certeza, não é por culpa do Presidente da Câmara, nem culpa de nenhum vereador, é bom que isso seja dito senão dizem que sou eu que não deixo fazer a vedação, são os técnicos que muitas vezes se esquecem das coisas e não se deviam esquecer. Isto é importante que se diga, não estou a dizer todos os técnicos, mas infelizmente esta frase, pode não cair bem a alguns, mas o que é certo é que é verdade, esquecem-se e quem depois assume a responsabilidade é sempre o mesmo. Sobre a pista de atletismo, como sabe parte daquele terreno das Fontainhas está quase a ser lançado o concurso para a construção das sessenta e oito casas e a pista haverá outros sítios, ou através dessa proposta, entretanto lá perto a Câmara adquiriu um terreno precisamente com esse objetivo. A questão da pessoa que foi para as Finanças, estou a pensar pedir para reunir com a senhora Chefe das Finanças, para esclarecer alguns aspetos, até porque já lá temos três funcionários, e é bom que haja algum resultado prático daquilo que estão lá a fazer, são todos técnicos superiores, não era esse com certeza que a junta carecia, vamos resolver. A senhora vereadora com certeza que registou a situação. Quanto à segurança em Albufeira, acho que não devemos ser nós a dizer que a segurança está muito má, está como sempre esteve, evidentemente que com a quantidade de gente que se concentra em determinado sitio ao mesmo tempo, a probabilidade de acontecer qualquer desacato aumenta, com certeza que se Albufeira tem quarenta por cento das camas que tem o Algarve, em termos turísticos, e tem as mesmas camas que tem a ilha da Madeira, com certeza que haverá probabilidade maior de haver qualquer desacato do que num sitio onde não há quase ninguém. É preciso agir com cuidado, não podemos menosprezar esta situação, temos de fazer aquele pedido de reforço para as forças de segurança, algumas já estão aí, inclusivamente, soube hoje que os membros da polícia marítima tiveram de ir a um evento a Portimão e tiveram que prestar serviço lá, ficando o contingente de cá completamente desfalcado e outras vezes acontece ao contrário, tapa-se de um lado e destapa-se de outro e assim não funciona. Isto para dizer como são as condições, mas vai ser pedido reforço ainda para este verão." -----

Carlos Quintino: "A minha intervenção vem no seguimento da intervenção sobre o alojamento local efetuada pelo deputado Raul Ferreira. Não é que tenhamos na bancada do PSD/CDS nenhuma informação privilegiada, se bem que se estivesse



também não caia nenhum mal por isso, mas tem uma informação importante que eu gostava de partilhar com vocês, proveniente de um responsável pelo Ministério da Habitação que nos dão indicação de que estará para muito breve a alteração sobre essa temática do alojamento local, portanto, eu queria partilhar isso com vocês, como sabem, o Ministro da Habitação foi cabeça de lista pelo PSD pela coligação de AD pelo Algarve e, portanto, eu próprio fiz parte dessa lista com muita honra e não há aqui nenhum contato privilegiado, mas temos essa informação, o PSD continua a defender aquilo que sempre defendeu, antes de ser governo e, portanto, a indicação que nos dão é que estará para muito breve essa alteração." -----

Inês Mendonça: "Eu penso que, talvez por lapso, o Senhor Presidente, não respondeu à minha pergunta, tinha a ver com as medidas para a poupança da água e daquele comunicado que está a circular, só para esclarecer se é suspensão do fornecimento de água nos contadores de rega, o da aquisição de novos contadores? E já agora pedia também que respondesse à questão colocada pelo meu camarada deputado Domingos Coelho, relativamente à entrada do senhor Vice-presidente da Câmara Municipal como deputado na Assembleia da República, e como é que fica a composição do executivo e que quem é que assumirá a gestão dos pelouros que estavam a cargo do Senhor Vice-Presidente?" -----

Inês Vieira: "Senhor Presidente, ficou por responder a primeira questão sobre o assunto entrega das dezassete habitações em Paderne e Quinta da Palmeira. Relativamente à nossa questão sobre a taxa turística, já que falou que irá existir sessões de esclarecimento e tendo em conta que hoje é vinte e dois de abril e ainda não ocorreram, qual a data prevista para essas sessões, tendo em conta que a taxa irá ser aplicada a partir do dia dois de maio?" -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à pergunta da Deputada Inês Mendonça esqueci-me, os contadores de água, não é para retirar água aos contadores de rega, a água vai continuar a ser fornecida, não são atribuídos mais contratos de contadores de rega, por enquanto. A questão do senhor Vice-Presidente, penso que isso é um problema não problema. Foi a reunião de Câmara um pedido de suspensão de mandato, como membro executivo da Câmara, não foi de Vice-presidente porque isso é por nomeação do Presidente, ele foi eleito vereador e pediu a suspensão do cargo de vereador de três de abril a vinte e nove de abril. Os pelouros, isto é, como se fosse umas férias que ele tirou, obviamente que não havendo redistribuição de pelouros quem



fica com os pelouros é sempre o mesmo, é o Presidente. O Presidente até podia não distribuir pelouros a ninguém na teoria, só que na prática era impossível, mas isso não é obrigatório, distribui os pelouros que entender. Neste caso não há redistribuição precisamente porque o tempo é pouco. Em relação às sessões irá haver sessões de esclarecimento da taxa turística, para os empresários na próxima semana e vai ter apenas eficácia quando ele entrar em vigor, e não é necessariamente no dia dois de maio, mas sim obrigatoriamente no dia a seguir da sua publicação, como já disse há pouco. Sobre a questão das habitações, pedia à senhora vereadora Cláudia para responder." -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite a todos, relativamente à questão, estão a finalizar a análise de todos os processos de candidatura, porque foram muitos os candidatos, efetivamente levou mais algum tempo, as listas provisórias vão sair agora no final deste mês e está a ser ao mesmo tempo preparada a abertura do novo concurso. Também estamos a ultimar alguns arranjos para as casas estarem em condições para abrirmos um novo concurso que vai ser agora para o mês que vem." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Domingos Coelho: "Só uma questão em relação às contas da APAL, até porque se levantaram dúvidas aqui na Assembleia, e penso que é um assunto importante, tanto mais que são dinheiros do Município que também estão envolvidos. A minha pergunta é, se o que vai ficar disponibilizado é só o que o senhor secretário leu ou é toda a documentação, ou que documentação é que pode ficar disponível?" -----

Presidente da Assembleia: "Ficará toda a documentação, naturalmente, o que foi lido e as contas também, e se os senhores deputados assim o entenderem, posso solicitar aos serviços para enviarem essa documentação a cada um dos senhores deputados para poderem analisar com mais pormenor." -----

Dário Pereira: "Além da documentação que o deputado Domingos Coelho solicitou, eu solicitava também as empresas que deveriam ter apresentado o pedido de orçamentos e que não foi apresentado, na APAL, portanto, a questão é muito simples, quando se adjudica algum evento, pelo menos ter de aparecer três orçamentos, e nesse



orçamento que foi aprovado, eu gostava de saber que empresa é que estava nesse orçamento." -----

Presidente da Assembleia: "Senhor deputado, agradecia que fizesse esse pedido por escrito e nós enviaremos à APAL. E a APAL naturalmente, irá responder como entender relativamente a esta questão." -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação e deliberação da ata de 20/02/2024; -----  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

### VOTAÇÃO:

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: dezanove (19): Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Teresa Neto, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----  
Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Margarida Guilherme, Rui Serôdio, Inês Vieira, Carla Valério e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, pelo que não votaram. -----

### PONTO DOIS

Tomada de conhecimento do apoio concedido às Juntas de Freguesia do Concelho; -----  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

### PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2023 - Estatuto do Direito de Oposição; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: “Boa noite a todos, Albufeira Prometida tem vários considerandos a fazer, à ação e compromisso do executivo perante a oposição. No direito que nos assiste, enquanto oposição, devemos ter acesso e conhecimento dos assuntos de interesse público relacionados com a ação municipal e uma coisa é certa todas as questões que a bancada do AP tem feito nesta assembleia, poucas as vezes tem merecido resposta cabal e as que não são respondidas prometem-nos resposta no prazo legal de dez dias por escrito, o que apenas foi cumprido uma única vez em dois anos e meio de mandato. Confesso que não sei que realidade este relatório reflete, mas não é factualmente a nossa.” -----

Domingos Coelho: “Eu quase que subscrevia as palavras da deputada que me antecedeu, mas passava a casos concretos. Lembro-me que pedi aqui mais que uma vez oralmente, para que nos fosse facultado o ponto de situação do protocolo de entendimento que fizemos há dois anos, e sobre as obras que tinham sido comprometidas, nunca foi feito, pedi por escrito e essa resposta nunca foi feita. Na última Assembleia levantei a questão exatamente das vistas, dos miradouros icónicos de Albufeira, se estão salvaguardados em revisão do PDM e falei no caso concreto que é exatamente aquela vista que temos quando se desce da rotunda dos golfinhos para os semáforos da Avenida do Ténis. Se o Senhor Presidente pode garantir ou então se não há nada, que aquela vista vai ser preservada, apesar do projeto que julgo que está a decorrer naquela zona. Outra questão foi sobre o estacionamento, já duas vezes que eu faço esta questão e o Senhor Presidente não respondeu e, aliás, até nem se dignou a mencionar o meu nome, portanto, eu penso que isto é para um algo de desrespeito para com a oposição e por comigo, em particular.” -----

Luna Silva: “O partido Chega após leitura dos escritos sobre o relatório do direito de oposição do ano de dois mil e vinte e três, vem apresentar a sua discordância e contestação face ao dito no documento, senão vejamos, o direito à informação é efetivamente cumprido quando a Câmara Municipal remete as informações à Assembleia Municipal sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a atividade municipal, assim como o direito de participação nos períodos antes da ordem do dia. Contudo, quando são colocadas questões, ou pedido de



esclarecimento, as respostas apresentadas nunca são dadas de forma direta e explícita e muitas das vezes, o que é respondido é que os serviços registaram a questão. Quando são solicitados documentos, são poucas as vezes que os mesmos são enviados no prazo legal e quando são enviados são por resultado de insistência. No que respeita ao direito de audição sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos no ano de dois mil e vinte e três, deve ser dito nesta Assembleia Municipal que em três alterações orçamentais, houve apenas uma reunião com este executivo e todos os líderes da bancada das forças partidárias e do qual nunca surtiu o resultado, porque os documentos não se encontravam finalizados para serem discutidos na reunião. Na segunda alteração do Orçamento e na terceira alteração do orçamento, nunca houve por parte deste executivo, um interesse em ouvir as propostas do partido Chega, o Orçamento Plurianual e as GOP são das matérias mais extensas e mais delicadas do município e deviam de ser trabalhadas em conjunto com todas as forças políticas em prol dos nossos munícipes. Contudo, tal não acontece, sendo que os documentos são enviados apenas aquando da convocatória da Assembleia, dez dias antes de serem deliberados, sem reuniões preparatórias e sem oportunidade de o partido se pronunciar ou colocar questões sobre o financiamento das rubricas de forma atempada, limitando-se assim a poder fazê-lo apenas aqui em sede de Assembleia Municipal. Face ao exposto, o partido Chega apresenta a sua pronúncia e entendo que o direito de posição nunca foi devidamente exercido por este executivo." -----

Presidente da Câmara: "De uma forma genérica, não é verdade que nunca foi tido em conta e cumprido, isso não é verdade. Não nego que possa ter havido algumas lacunas, em quem elabora o relatório e não estar lá contemplado, ou que tenha havido alguma lacuna do conhecimento que tinham de algumas atividades ou algumas ações, agora isso não é verdade. Não estamos aqui a esconder nada a ninguém, é uma questão da forma. Esses alertas têm de ser tidos em conta. Relativamente ao que disse o senhor deputado Domingos Coelho, o senhor Arquiteto Eduardo com certeza que irá responder de uma forma escrita relativamente a esta situação que apontou. Eu quero que fique bem claro que qualquer coisa que eu faço aqui por esquecimento, às vezes não é por falta de respeito a ninguém." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

#### PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento do Sistema de Controlo Interno; -----  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----  
Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

#### PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do "Fornecimento contínuo de material elétrico, material de iluminação pública e decorativa, pelo valor base de 800.000€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Senhor Presidente, relativamente a este ponto, questionamos se o material de iluminação pública e decorativa inclui a iluminação de Natal para todo o concelho?" -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Na sequência da última intervenção da colega, caso esteja a iluminação de Natal incluída, espero que não se esqueçam da freguesia de Ferreiras, não metam só lá uma coisa na rotunda, para não ser só Albufeira decorada como todos anos." -----

Presidente da Câmara: "Este concurso não contempla a iluminação de Natal e o senhor Presidente da Junta de Ferreiras pode estar descansado que isso é tido em conta." ---

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Rui Bernardo, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Teresa Neto, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, Carla Valério, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de



Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----  
 A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**PONTO SEIS**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos do Concurso Público para “Fornecimento de serviços de manutenção e inspeção em espaços de jogo e recreio, parques fitness e parques de skate do concelho de Albufeira, pelo valor de 504.150€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Madeira: “Venho só dar os parabéns ao executivo e a todas as juntas de freguesia que fizeram a reabilitação dos parques desportivos do concelho e, de facto é de saudar essa iniciativa porque era necessário que a população que não está agregada a clubes pudessem também fazer desporto e ter um local próprio para, por exemplo, jogar basquete, etc. Queria e vou, mais uma vez meter aqui a minha mãozinha e dizer que Paderne precisava também de uma coisa assim, precisava de um parque de desporto e talvez um parque fitness, já que temos a população a crescer, deixava aqui o repto ao Senhor Presidente e ao Senhor Presidente da Junta de aproveitarmos aquele terreno ao lado da Praça Nova para podermos fazer ali qualquer coisa dentro deste género.” -----

Presidente da Câmara: “Evidentemente que isto é para servir todos os parques do concelho e vamos ter em conta essa sugestão relativamente ao terreno que está ao lado da Praça Nova, para colocar lá alguns equipamentos nesse sentido.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Rui Bernardo, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Teresa Neto, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida



Guilherme, Cláudia Raimundo, Carla Valério, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos da Consulta Prévia para "Fornecimento de contadores de água incluindo sistema de telecontagem via rádio", até ao limite de 745.000€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Rui Bernardo, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Teresa Neto, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, Carla Valério, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 9 do Regulamento para Atribuição de Subsídio de Arrendamento (RASA), referente à proposta de atualização anual dos limites máximos do valor mensal da renda, por tipologia, constantes no anexo IV do RASA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Após pesquisa no portal do município da Câmara Municipal de Albufeira do regulamento do subsídio de arrendamento no município de Albufeira, em vigor número



quatrocentos e quarenta e cinco barra dois mil e dezanove, verifiquei que no artigo três com a epígrafe, instruções de pedido, que no pedido de candidatura devem ser instruídos os seguintes documentos, alínea a) formulário de candidatura de modelo constante do anexo seis a fornecer pelo município de Albufeira, alínea b) documentos de identificação do titular e membros do respetivo agregado, cartão de cidadão, bilhete de identidade, número de identificação fiscal e número de beneficiário do sistema de segurança social ou outro, e a linha c) cartão de eleitor ou equivalente, e a pergunta que eu coloco é bastante simples, porque motivo é que se exige o cartão de eleitor para um pedido de subsídio de arrendamento." -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Essa questão está lá justamente, porque vem de encontro àquilo que é exigido no mesmo documento em que todos os candidatos têm que viver cá há mais de três anos e tem que existir a confirmação efetiva que fazem parte do concelho ou da freguesia. Se a redação, se refere ao cartão e já não se fala em cartão de eleitor, é porque a redação faz parte dessa altura, mas esses documentos são sempre necessários para confirmar efetivamente que o candidato vive cá há mais de três anos." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Rui Bernardo, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Teresa Neto, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, Carla Valério, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para aquisição de multifunções para os agrupamentos escolares do concelho de Albufeira até ao limite de 747.000,00€ + IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Silvia Dias: "Considera-se que deve ter surgido aqui alguma situação, porque estávamos ali a ver com os nossos vereadores e acho que não foi a reunião de câmara este ponto."

Presidente da Câmara: "Não sei, não tenho aqui a ordem de trabalhos da reunião de câmara. Podem avançar para os outros pontos que vou mandar uma mensagem a questionar. Este ponto faz imensa falta, portanto que isso não seja nenhum problema por não ter ido a reunião de Câmara." -----

### PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público da Empreitada de Beneficiação de Ruas, Estradas e Caminhos no concelho de Albufeira - 2024-2025; ---

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, embora seja só uma repartição de encargos é por isso, que isso vem à Assembleia, e não queria deixar de aproveitar esta temática do que diz respeito à questão da empreitada de beneficiação de ruas, estradas e caminhos para sensibilizar os serviços municipais no seguinte sentido, quando se fazem reposição de pavimentos, têm que se ter em conta determinadas boas regras de construção civil, que os senhores engenheiros sabem tão bem quanto eu quais são e, portanto, apelava que quando fosse feita essa reposição de pavimentos e essa reposição fosse feita, respeitando essas regras, para quê? Para nós não termos aquilo que em algumas artérias da cidade, temos neste momento, que são altos e baixos em tudo o que é pavimento, deixava aqui esse apelo. Já falei uma vez sobre este assunto aqui e reiterava aquilo que é a necessidade de ter alguns cuidados nas reposições dos pavimentos quando se abrem valas, sejam elas ao longo ou na transversal das vias do nosso concelho." -----

Carla Vieira: "Senhor Presidente, quanto a este ponto, perguntamos que estradas e ruas estão previstas serem intervencionadas?" -----



Presidente da Câmara: "Relativamente àquilo que o deputado Carlos Quintino disse, é uma verdade, que estamos a sofrer agora aquilo que se passou há muitos anos, que quando havia uma rotura, ou qualquer intervenção na via ficava sempre desconforme relativamente ao que lá estava. Isto não é um sistema novo, tenho batido para que isso não venha a acontecer, mas o que é certo é que temos aí estradas que são autênticas mantas de retalhos, e isso já tem alguns anos, é bom que se recorde isso, não é de agora. Relativamente ao que a deputada Carla Vieira questionou, não são aqui especificados exatamente os caminhos e as estradas que vão ser pavimentadas, é conforme for surgindo algumas deficiências nos troços e assim se vai fazendo essas reparações. É essencialmente para isso e eventualmente algum caminho que possa surgir com necessidade de pavimentação. Não há um destino direto, se não vinha lá uma elencagem e ficava agarrado aquele elenco. Ficar agarrada é bem pior do que ficar sem ser consignado, porque assim está mais liberto." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Rui Bernardo, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Teresa Neto, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, Carla Valério, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público da Empreitada de limpeza e desobstrução das linhas de água do concelho de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Rui Bernardo, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Teresa Neto, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, Carla Valério, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

#### PONTO NOVE

Presidente da Assembleia: "Senhor Presidente, o que está aqui em causa é uma indicação de que a proposta vem da Câmara Municipal e supostamente há dúvidas sobre se vem da Câmara Municipal, porque realmente a documentação que nos chegou não faz referência a essa situação. Portanto, segundo informação que foi dada pela senhora vereadora Cláudia foi um despacho do senhor Presidente da Câmara, portanto, se a Assembleia que é soberana o entender, alteramos esta indicação de apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para apreciação e deliberação sobre proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Ninguém se opõe, vamos então passar à votação." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Rui Bernardo, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Inês Vieira, Teresa Neto, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, Carla Valério, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla



Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretária da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

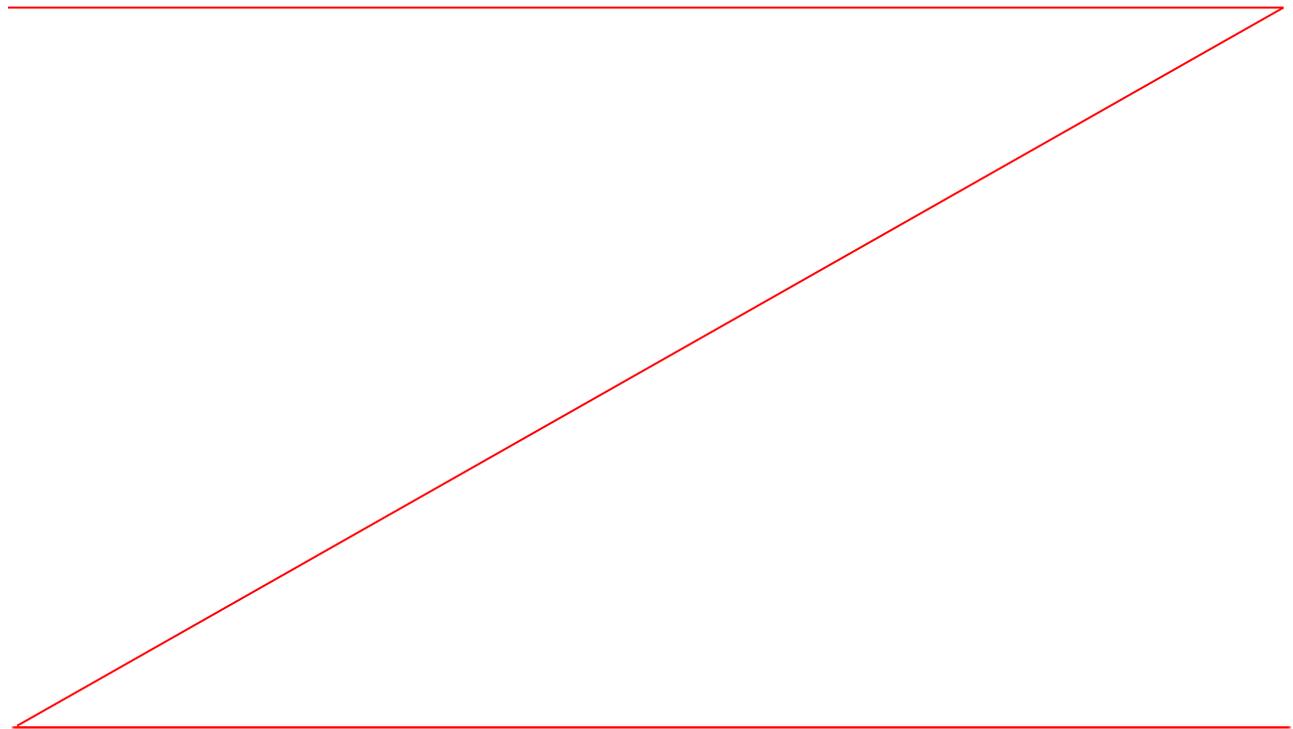
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
Albufeira, 22 de abril de 2024 -----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

-----  
A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

-----  
O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_





Doc. n.º 1

